

Informação

Projeto de Resolução n.º 1449/XIV/3.ª (NiJKM) –
[«Por um salário mínimo nacional dignificante no valor de 900 euros»](#)

Discussão realizada nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, em reunião da Comissão de **25 de novembro de 2021**

Em 15 de setembro de 2021, o **Projeto de Resolução n.º 1449/XIV/3.ª (NiJKM)** – «Por um salário mínimo nacional dignificante no valor de 900 euros» deu entrada na Assembleia da República, tendo baixado à Comissão de Trabalho e Segurança Social no dia 17 de setembro, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Intervieram na discussão na Comissão, na [reunião](#) de 25 de novembro 2021, os Senhores e as Senhoras Deputadas Joacine Katar Moreira (Ninsc.), Lina Lopes (PSD), Diana Ferreira (PCP), José Moura Soeiro (BE) e Tiago Barbosa Ribeiro (PS), que debateram o conteúdo do Projeto de Resolução nos seguintes termos:

A **Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc.)** declarou que o projeto de resolução apresentado correspondia à manifestação de um posicionamento político, pois as iniciativas legislativas com objeto idêntico tinham vindo a ser rejeitadas. Salientou que o aumento do salário mínimo era uma medida essencial no combate ao empobrecimento e à exclusão, frisando a sua importância enquanto medida de justiça social, independentemente da existência de outras. Defendeu um aumento significativo, afirmando a necessidade de convergência com os valores instituídos nos restantes países da União Europeia.

A **Senhora Deputada Lina Lopes (PSD)** questionou se o valor proposto no projeto de resolução estava sustentado em algum estudo macroeconómico. Disse concordar com a existência de uma valorização geral dos salários, não só do salário mínimo, mas também dos salários médios, afirmando, contudo, a necessidade de enquadrar o valor do aumento, percebendo qual o seu impacto, e ainda ter em consideração a existência de outras medidas sociais de apoio aos trabalhadores e às famílias.

A **Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP)** salientou que o Grupo Parlamentar do PCP tem chamado a atenção para a necessidade da valorização geral dos salários e apresentado diversas iniciativas legislativas nesse sentido. Referiu que, a par do aumento generalizado dos salários, era igualmente importante garantir a progressão nas carreiras da Administração Pública e fim da caducidade da contratação coletiva, com impacto nas carreiras do setor privado. Afirmou a centralidade do aumento dos

Comissão de Trabalho e Segurança Social

salários enquanto contributo para uma melhor redistribuição da riqueza e, por conseguinte, para uma sociedade mais justa. Declarou que o combate à pobreza era feito pela valorização dos salários e pensões e também pela garantia do pleno acesso dos trabalhadores a um conjunto de direitos sociais que lhes têm sido amputados. Terminou dizendo que não eram necessárias medidas de carácter assistencialista, mas sim garantir a dignificação do trabalho, pelo que o Grupo Parlamentar do PCP acompanharia a iniciativa em discussão.

O **Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE)** começou por agradecer a iniciativa trazida a debate pela Senhor Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc.), declarando que o seu Grupo Parlamentar concordava com a importância de aumentar o salário mínimo nacional, tendo em consideração a existência de milhares de trabalhadores que mesmo trabalhando permanecem numa situação de pobreza. Disse duvidar da exequibilidade de praticar um aumento que conduzisse ao valor de 900 euros no espaço de um ano, sem prejuízo de considerar possível atingir esse valor num período de tempo mais alargado, de forma progressiva. Referiu que a subida do salário mínimo tinha de ser acompanhada de igual valorização dos salários médios e manifestou a sua indignação com a disparidade existente entre os salários dos trabalhadores e as remunerações auferidas pelos gestores, caracterizando a situação como absolutamente inaceitável.

O **Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS)** recordou que o debate em torno do valor do salário mínimo nacional ocorria frequentemente, quer em sede de Comissão, quer em plenário, e salientou que o Grupo Parlamentar do PS tem mantido a sua posição, no sentido de considerar a valorização salarial como medida essencial na melhoria dos rendimentos dos trabalhadores, mas também como medida de justiça, contribuindo para uma melhor redistribuição da riqueza. Disse que essa valorização tinha sido uma marca da governação do PS, que tinha cumprido o seu compromisso, procedendo anualmente ao aumento do salário mínimo nacional. Recordou que o aumento acumulado na governação socialista perfazia um total na ordem dos 40%, referindo igualmente que a proposta de aumento para o início do ano seguinte, no valor de 40 euros, correspondia ao maior aumento de sempre e que o objetivo do PS era manter essa trajetória ascendente, prevendo-se um conjunto de aumentos que conduzissem à fixação do salário mínimo no valor de 850 euros em 2025. Terminou

Comissão de Trabalho e Segurança Social

reiterando o compromisso do PS na valorização generalizada dos salários, bem como de outros instrumentos complementares.

No final, a palavra foi devolvida à **Senhora Deputada Joacine Katar Moreira (Ninsc.)**, que agradeceu as intervenções anteriores, observando que correspondiam a posições anteriormente expressas e já conhecidas das diferentes forças políticas. Destacou em particular a posição do Grupo Parlamentar do PSD, criticando a aludida necessidade de realização de estudos macroeconómicos, por considerar que, em geral, esses estudos não se destinavam a comprovar o impacto do aumento dos salários na vida dos trabalhadores, mas sim a verificar se esse aumento comprometia ou não a viabilidade das empresas. Disse não ignorar a importância de valorizar igualmente os salários médios, salientando, contudo, que o aumento do salário mínimo nacional retiraria milhares de indivíduos de uma situação de pobreza grave. Reconheceu a importância dos aumentos levados a cabo durante a governação socialista, considerando, ainda assim, que se apresentavam como insuficientes, e terminou apelando a uma visão mais humanista da economia.

Palácio de São Bento, 25 de novembro de 2021

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO



Nuno Saiz